

BNY Mellon
Banco S.A.

**Demonstrações financeiras
combinadas do Conglomerado
Prudencial em 30 de junho de 2019
e 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas do conglomerado prudencial	7
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da Administração

Srs. acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. e do público em geral o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial do BNY Mellon Banco S.A., elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

Grupo BNY Mellon no Brasil

O Grupo BNY Mellon atua no Brasil desde 1997, com sua sede localizada na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, onde mantém estruturas de Banco Comercial e Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. A evolução do portfólio de serviços financeiros e as alterações na estrutura societária fortaleceram a imagem de uma empresa que se adapta às mudanças ocorridas no mercado e às necessidades de seus clientes com técnica e criatividade.

Atualmente, o BNY Mellon no Brasil é um dos líderes em serviços financeiros prestando serviços de custódia e de administração fiduciária de fundos de investimento para gestores independentes associados à ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - e para uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização. Em 30 de junho de 2019, possuía R\$ 427 bilhões em ativos sob sua administração (em 30 de junho de 2018 possuía R\$ 287 bilhões), dos quais R\$ 404 bilhões estão custodiados no BNY Mellon Banco (em 30 de junho de 2018 possuía R\$ 263 bilhões) pelo BNY Mellon Banco.

Grupo BNY Mellon no mundo

O BNY Mellon foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação dessas duas instituições financeiras tradicionais e ricas em história resultou em uma das empresas líderes em serviços financeiros no mundo. Juntas as duas instituições tornaram-se um dos líderes globais em administração e gestão de ativos, comprometido com excelência e alta performance de seus serviços.

O BNY Mellon é uma empresa global de serviços financeiros focada em ajudar clientes a gerir ativos financeiros, presente em 35 países e mais de 100 mercados. O BNY Mellon é um dos líderes em serviços financeiros para instituições, corporações e pessoas físicas, oferecendo excelência em gestão de recursos e serviços para investimentos por meio de uma equipe global exclusivamente voltada para o atendimento às necessidades de seus clientes. A empresa possui US\$ 36 trilhões de ativos sob custódia e administração e US\$ 1,8 trilhões de ativos sob sua gestão. BNY Mellon é a marca corporativa do The Bank of New York Mellon Corporation.

Desempenho com base nas informações do Conglomerado Prudencial

(semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018)

Conglomerado Prudencial

Resultado e rentabilidade	2019	2018
Lucro líquido (em R\$ mil)	25.688	7.084
Balanco Patrimonial (em R\$ mil)		
Ativos totais	495.024	430.628
Depósitos totais	81.971	80.887
Patrimônio líquido	298.213	260.641
Desempenho		
Índice de Basileia 2	75,62%	77,18%

Gerenciamento de risco - Visão geral

a) Risco operacional (Resolução CMN nº 4.557/17)

O departamento de *Risk Management*, dentre outras funções, é responsável pela criação, manutenção e disseminação de um processo de gerenciamento contínuo e integrado de risco, que prevê a execução de controles tais como políticas, procedimentos, ferramentas, treinamentos e comunicação com objetivo de identificar e acompanhar os riscos associados à Companhia. A estrutura de *Risk Management* é responsável por monitorar e desafiar os departamentos de negócios do BNY Mellon a reportar os eventos de risco operacional, a elaboração anual do relatório de Auto Avaliação de Riscos & Controles (*Risk & Control Self Assessment - RCSA*), e por também revisar os indicadores chave de riscos corporativos de acordo com o apetite de risco.

A estrutura de *Risk Management* foi implementada em conformidade com a Resolução CMN 4.557/17.

b) Gestão de risco de mercado, liquidez e crédito (Resolução CMN nº 4.557/17)

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado, liquidez e crédito é proporcional à dimensão da exposição da Instituição a tais riscos, considerando-se a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços do BNY Mellon no Brasil. A gestão é efetuada de forma centralizada, por área administrativa que mantém independência com relação à Tesouraria Corporativa. São mantidas políticas e procedimentos internos relacionados ao gerenciamento de tais riscos, incluindo o monitoramento, processos de documentação e escalação, que garantem que a Administração esteja ciente dos riscos e possa determinar um plano de ação eficaz, caso a exposição alcance níveis superiores às metas de risco ora estabelecidas.

A Instituição se encontra então apta a atender às exigências referentes à estrutura de gerenciamento do risco de mercado, liquidez e crédito descritas na Resolução CMN nº 4.557/17.

c) Gerenciamento de risco de capital (Resolução CMN nº 4.557/17)

Em cumprimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, aos conceitos do Comitê de Basiléia e às suas Políticas Corporativas, o BNY Mellon estabeleceu uma Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital que tem como objetivo atender aos requisitos da Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de capital, devendo esta ser: compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição; proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos; adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição; capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a instituição atua.

O gerenciamento de capital é realizado sob a coordenação do Diretor Financeiro, responsável pelo gerenciamento de capital perante o Banco Central do Brasil, sendo membro do Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Ativos e Passivos, Comitê de Risco e Comitê de Gestão, bem como da Diretoria Estatutária do Grupo, estando apto a identificar fatores que possam impactar os níveis de capital, tomando as providências de escalação interna necessárias à manutenção dos níveis de capital requeridos à continuidade dos negócios do Grupo de acordo com os padrões internos e os padrões estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Fazem parte da estrutura de gerenciamento de capital, conjuntamente ao Diretor Financeiro, a Diretoria Estatutária e diversas áreas da Instituição, como Contabilidade, Fiscal, Jurídico, Financial Management Analysis, Auditoria Interna, Comitê Regional ALCO e *Risk Management*, que de forma integrada são responsáveis pela elaboração do plano de capital, partindo-se das projeções de receitas e despesas baseadas em indicadores e metas de crescimento do negócio e manutenção de um sistema de gerenciamento e monitoramento de risco contínuo.

A Diretoria é responsável por analisar relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital, aprovar e revisar, no mínimo anualmente, as políticas e as estratégias, bem como o plano de capital e o plano de contingência de capital. A Diretoria deve assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura, os recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de capital de forma independente, objetiva e efetiva, e que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital, fazendo constar no relatório de acesso público sobre a estrutura de gerenciamento de capital sua responsabilidade pelas informações divulgadas. Adicionalmente a Diretoria aprova a indicação do diretor responsável, a definição da estrutura organizacional, a política institucional, os processos, procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação do gerenciamento de capital. Finalmente, aprova dividendos pagos e declarados aos acionistas, assegura que o gerenciamento de capital esteja em conformidade com níveis de apetite de risco definidos na RAS (*Risk Appetite Statement*), revisa e aprova políticas e procedimentos de teste de estresse, aprovando o plano de capital e revisando a robustez do processo de avaliação da adequação de capital.

Por intermédio dessa estrutura, fica garantido o monitoramento e o controle efetivo do capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita.

Os relatórios e políticas de gerenciamento de riscos estão disponibilizados, em sua íntegra, no site <https://www.bnymellon.com/br/pt/institutional-information/index.jsp>

Ouvidoria

Para aprimorar as relações entre a Instituição e seus usuários, com pilares na transparência, sigilo e confiabilidade no seu relacionamento, o BNY Mellon, disponibiliza um canal de comunicação com seus clientes e usuários dos produtos e serviços, este componente organizacional de ouvidoria encontra-se disponível no site: <https://www.bnymellon.com/br/pt/contact.jsp>, na seção “Contato & Ouvidoria”.

Sua estrutura atende às disposições estabelecidas na Resolução nº 4.433, de 23 de julho de 2017, do CMN.

As informações detalhadas das estruturas implementadas estão consolidadas em relatórios públicos no *site* <https://www.bnymellon.com/br/pt/institutional-information/index.jsp>

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2019

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria e aos acionistas do
BNY Mellon Banco S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial do BNY Mellon Banco S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas Notas Explicativas nº 1 e 3.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do BNY Mellon Banco S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras combinadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao BNY Mellon Banco S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às referidas demonstrações financeiras combinadas que divulgam que as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras combinadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Ênfase - Demandas judiciais

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 24.b às demonstrações financeiras, que descreve que a BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que compõe o Conglomerado Prudencial, possui demandas judiciais, incluindo causa passiva de montante superior ao seu patrimônio líquido, a qual conta com carta fiança garantida pela sua controladora final.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos

Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e combinadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatórios de auditoria sem modificações, em 29 de agosto de 2019.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas Notas Explicativas nºs 3 e 4, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções



podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte de uma auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Claudio Costa'. The signature is written in a cursive style with large, looping letters.

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

BNY Mellon Banco S.A.
Conglomerado Prudencial

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Conglomerado Prudencial		Passivo	Nota	Conglomerado Prudencial	
		30/06/2019	30/06/2018			30/06/2019	30/06/2018
Circulante		<u>280.366</u>	<u>167.789</u>	Circulante		<u>142.711</u>	<u>133.740</u>
Disponibilidades	5	<u>5.533</u>	<u>1.672</u>	Depósitos		<u>81.971</u>	<u>80.887</u>
Aplicação interfinanceira de liquidez	5	<u>205.628</u>	<u>105.598</u>	Depósitos à vista	14	<u>81.971</u>	<u>80.887</u>
Títulos e valores mobiliários		<u>27.176</u>	<u>24.706</u>	Outras obrigações		<u>60.740</u>	<u>52.853</u>
Carteira própria	6	22.867	20.653	Sociais e estatutárias	15	8.515	13.160
Vinculados à prestação de garantias	6	4.309	4.053	Fiscais e previdenciárias	15	24.344	17.779
Relações interfinanceiras	7	<u>2.275</u>	<u>1.372</u>	Diversas	15	27.881	21.914
Pagamentos e recebimentos a liquidar		7	2	Passivo não circulante		<u>54.100</u>	<u>36.247</u>
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central		2.268	1.370	Sociais e estatutárias	15	-	4.776
Outros créditos		<u>39.754</u>	<u>34.441</u>	Diversas	15	54.100	31.471
Rendas a receber	8	26.599	20.831	Patrimônio líquido		<u>298.213</u>	<u>260.641</u>
Diversos	9	13.757	17.247	Capital	17	<u>297.623</u>	<u>297.623</u>
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8 e 9	(602)	(3.637)	De domiciliados no país		<u>297.623</u>	<u>297.623</u>
Realizável a longo prazo		<u>188.939</u>	<u>237.780</u>	Reservas de capital	17	26.443	23.108
Títulos e valores mobiliários		<u>182.606</u>	<u>224.741</u>	Reservas de lucros	17	30.537	8.600
Carteira própria	6	182.606	224.741	Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	6	37	130
Outros créditos		<u>6.333</u>	<u>13.039</u>	Ajuste de avaliação atuarial		(1.227)	(705)
Diversos	9	6.333	13.039	Prejuízos Acumulados		(55.200)	(68.115)
Permanente		<u>25.719</u>	<u>25.059</u>	Total		<u>495.024</u>	<u>430.628</u>
Investimentos		<u>11.959</u>	<u>11.677</u>				
Participações em controladas no país	10	10.353	10.071				
Outros investimentos	11	1.758	1.908				
(-) Provisões para redução ao valor recuperável	11	(152)	(302)				
Imobilizado	12	<u>11.568</u>	<u>10.791</u>				
Outras imobilizações de uso		51.615	47.376				
Depreciações acumuladas		(40.047)	(36.585)				
Intangível	13	<u>2.192</u>	<u>2.591</u>				
Ativos intangíveis		12.109	11.521				
Amortizações acumuladas - Intangível		(9.917)	(8.930)				
Total		<u>495.024</u>	<u>430.628</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNY Mellon Banco S.A.
Conglomerado Prudencial

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		Conglomerado Prudencial	
	Nota	30/06/2019	30/06/2018
Receitas da intermediação financeira		<u>15.207</u>	<u>12.698</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	19	15.207	12.698
Despesas da intermediação financeira		<u>(59)</u>	<u>(42)</u>
Operações de captação no mercado	19	(59)	(42)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>15.148</u>	<u>12.656</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>27.286</u>	<u>1.812</u>
Receitas de prestação de serviços	20	143.939	106.262
Despesas de pessoal	21	(61.542)	(58.741)
Outras despesas administrativas	22	(41.507)	(31.321)
Despesas tributárias		(12.051)	(8.705)
Resultado de participação em controladas	10	197	67
Outras despesas operacionais	23	(1.750)	(5.750)
Resultado operacional		<u>42.434</u>	<u>14.468</u>
Resultado não operacional		<u>60</u>	<u>(81)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		<u>42.494</u>	<u>14.387</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(15.818)</u>	<u>(6.868)</u>
Provisão para imposto de renda	16	(9.575)	(4.244)
Provisão para contribuição social	16	(5.438)	(2.849)
Ativo fiscal diferido	16	(805)	225
Participações de administradores e empregados no lucro	26	<u>(988)</u>	<u>(435)</u>
Lucro líquido dos semestres		<u><u>25.688</u></u>	<u><u>7.084</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNY Mellon Banco S.A.

Conglomerado Prudencial

Demonstrações dos resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
lucro líquido dos semestres	25.688	7.084
Resultados abrangentes		
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(91)	(53)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	44	24
Variação - efeito de remensuração - Plano de benefício definido	(68)	(64)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	31	29
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	<u>(84)</u>	<u>(64)</u>
Resultado abrangente total	<u>25.604</u>	<u>7.020</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNY Mellon Banco S.A.

Conglomerado Prudencial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Conglomerado Prudencial						
	Capital Realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Outras	Legal	Especial	Ajuste de avaliação		
Saldos em 1º de janeiro de 2018	297.623	18.739	770	7.476	(511)	(74.845)	249.252
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(29)	-	(29)
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(35)	-	(35)
Transações de pagamento baseado em ações	-	4.369	-	-	-	-	4.369
Lucro líquido no semestre	-	-	-	-	-	7.084	7.084
Destinações do lucro:							
Reserva Legal	-	-	354	-	-	(354)	-
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>297.623</u>	<u>23.108</u>	<u>1.124</u>	<u>7.476</u>	<u>(575)</u>	<u>(68.115)</u>	<u>260.641</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>4.369</u>	<u>354</u>	<u>-</u>	<u>(64)</u>	<u>6.730</u>	<u>11.389</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	297.623	23.115	1.830	27.423	(1.106)	(79.604)	269.281
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(47)	-	(47)
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(37)	-	(37)
Transações de pagamento baseado em ações	-	3.328	-	-	-	-	3.328
Lucro líquido no semestre	-	-	-	-	-	25.688	25.688
Destinações do lucro:							
Reserva Legal	-	-	1.284	-	-	(1.284)	-
Saldos em 30 de junho de 2019	<u>297.623</u>	<u>26.443</u>	<u>3.114</u>	<u>27.423</u>	<u>(1.190)</u>	<u>(55.200)</u>	<u>298.213</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>3.328</u>	<u>1.284</u>	<u>-</u>	<u>(84)</u>	<u>24.404</u>	<u>28.932</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNY Mellon Banco S.A.

Conglomerado Prudencial

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido dos semestres antes do imposto de renda e contribuição social	41.506	13.952
Ajustes ao lucro líquido:	5.869	10.262
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	82	3.080
Depreciação e amortização	2.800	2.863
Resultado de participação em controlada	(197)	(67)
Pagamento baseado em ações	3.328	4.369
Perda na alienação de ativo	(60)	81
Ajuste de avaliação atuarial	(37)	(31)
Ajuste a valor justo TVM	(47)	(33)
Lucro líquido ajustado:	47.375	24.214
Variação de ativos e passivos		
Aumento em títulos e valores mobiliários	(1.774)	(14.067)
Aumento em relações interfinanceiras - créditos vinculados	(333)	(210)
Aumento em outros créditos - rendas a receber	(2.828)	(2.138)
Redução em outros créditos - diversos	20.692	8.647
Aumento em depósitos à vista	13.341	17.942
Redução em obrigações sociais e estatutárias	(10.513)	(2.468)
Redução em obrigações fiscais e previdenciárias	(29.292)	(10.284)
Redução em captações no mercado aberto	-	(20.009)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	20.237	(10.118)
Redução em resultados de exercícios futuros	-	(10)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19.984)	(9.605)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	36.921	(18.106)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado de uso	(2.319)	(801)
Alienação de imobilizado de uso	110	-
Aumento de intangível	-	(1)
Aquisição de intangível	(589)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(2.798)	(802)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	34.123	(18.908)
Saldo no início do semestre	177.038	126.178
Saldo no fim do semestre	211.161	107.270
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	34.123	(18.908)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

As empresas integrantes do Conglomerado Prudencial do BNY Mellon Banco S.A. (“Banco”) doravante denominado “Conglomerado Prudencial”, atuam conjuntamente no mercado financeiro e de capitais, oferecendo produtos e serviços relativos à administração de fundos de investimentos e custódia de títulos e valores mobiliários. Neste contexto, as operações são conduzidas de forma integrada, compartilhando a mesma estrutura administrativa, tecnológica e financeira e seguindo uma mesma política de gestão de risco corporativo. Portanto suas demonstrações financeiras devem ser consideradas neste contexto.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras apresentam o Conglomerado Prudencial, representado pelo combinado do Banco e da BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora” ou “BNY Mellon DTVM”), cuja denominação será “Conglomerado Prudencial”. O Banco não detém participação acionária direta ou indireta na Distribuidora.

O Banco é a instituição líder do Conglomerado Prudencial e tem como objeto social a prática e operações ativas, passivas e acessórias inerentes a um banco comercial.

A Distribuidora iniciou suas atividades em 1997, e assim como sua controlada BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. (“Ativos”) presta serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, constituídos no Brasil e no exterior, fazendo jus a percentuais definidos contratualmente das taxas de administração e performance devidas pelos respectivos fundos e clubes de investimento.

Em 30 de junho de 2019 e 2018, a BNY Mellon Participações Ltda. (“Holding”) detinha aproximadamente 100% das ações do Banco e da Distribuidora, sendo que seu controlador final é o The Bank of New York Mellon Corporation (“BNY Mellon Corporation”), empresa de capital aberto listada na bolsa de Nova York sob o símbolo BK e com sede em Nova Iorque.

Seguem os valores do patrimônio líquido em 30 de junho de 2019 e 2018 e do lucro líquido dos semestres findos naquelas datas do Banco, da Distribuidora e do Conglomerado Prudencial:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido
BNY Mellon Banco S.A.	129.394	13.445	96.121	5.564
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	<u>168.819</u>	<u>12.243</u>	<u>164.520</u>	<u>1.520</u>
Conglomerado Prudencial	<u><u>298.213</u></u>	<u><u>25.688</u></u>	<u><u>260.641</u></u>	<u><u>7.084</u></u>

A participação acionária da Distribuidora em sua controlada direta está apresentada na Nota Explicativa nº 10.

3 Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial são de responsabilidade da sua Administração, foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN e pela Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial de 30 de junho de 2019 e 2018, as empresas levaram em consideração a aplicação das disposições da Lei 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, assim como as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que foram homologadas pelo BACEN até o momento.

Além das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, a Administração também preparou as demonstrações financeiras individuais e combinadas (Conglomerado Financeiro) do Banco e individuais da Distribuidora para fins gerais, as quais atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando de uma mesma estrutura operacional, para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, conforme os requisitos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF estabelecido pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela diretoria em 26 de agosto de 2019.

4 Base de preparação e principais práticas contábeis

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional das empresas do Conglomerado Prudencial. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As empresas do Conglomerado Prudencial revisam as estimativas e premissas pelo menos semestralmente, na data da apresentação das demonstrações financeiras.

d. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional das empresas do Conglomerado Prudencial pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras, na data de apresentação, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Os rendimentos auferidos nesta operação estão reconhecidos e apresentados no resultado na rubrica “Receitas da Intermediação Financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” e “Despesas da Intermediação Financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, quando aplicável. Essas operações são consideradas equivalentes de caixa, cujos vencimentos considerando a data da efetiva aplicação são inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo utilizados pela administração para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados com base nos critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, e são enquadrados entre as seguintes categorias:

(i) Títulos mantidos para negociação

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, que são ajustados pelo valor justo, sendo estes ajustes contabilizados em contrapartida do resultado do exercício.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da empresa de mantê-los em carteira até o vencimento e devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do exercício.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas demais categorias, e que são ajustados pelo valor justo, sendo estes ajustes contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

O valor justo é calculado com base em cotação de preços de mercado.

g. Demais ativos circulantes

Os demais ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia), deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas, quando aplicável.

h. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa vem sendo constituída por valor considerado suficiente pela administração para fazer face e eventuais perdas, sobre os valores vencidos há mais de 180 dias, respeitando os percentuais de probabilidade de perda definidos pela política global do BNY Mellon Corporation para essa estimativa, que variam entre 20% (para valores vencidos entre 181 e 365 dias), 40% (para valores vencidos de 366 até 730 dias) e 100% (para valores vencidos há mais de 730 dias), podendo ser complementada se necessário.

i. Permanente

(i) Investimentos

A participação em empresa controlada, por parte da Distribuidora, é representada em 30 de junho de 2019 e 2018 por aproximadamente 100% do capital da BNY Mellon Administração de Ativos Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Os outros investimentos, representados por participação na companhia Galgo Sistemas de Informações S.A, títulos patrimoniais do Gávea Golf and Country Club do Rio de Janeiro e cotas patrimoniais da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, estão avaliados ao custo, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(ii) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear à taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens, e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando aplicável. Atualmente, a taxa de depreciação aplicada para instalações, móveis e equipamentos de uso é de 10% ao ano e, para sistemas de comunicação, sistemas de processamento de dados e de transporte é de 20% ao ano.

(iii) Intangível

O intangível é composto por *softwares* adquiridos de terceiros e desenvolvidos internamente, sendo mensurado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e, perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumulada, quando aplicável.

j. Redução do valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução da CMN nº 3.566, de 29 de maio de 2008, se, com base na análise da Administração, o valor contábil dos ativos das empresas do Conglomerado Prudencial excedem o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado.

k. Passivos circulantes

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores das obrigações conhecidas ou calculáveis na data do balanço, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

1. Benefícios a empregados

(i) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível, quando aplicável. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(ii) Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida das empresas do Conglomerado Prudencial quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações das empresas do Conglomerado Prudencial e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado pelo método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para as empresas do Conglomerado Prudencial, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano nas empresas do Conglomerado Prudencial. Um benefício econômico está disponível às empresas do Conglomerado Prudencial se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

As empresas do Conglomerado Prudencial reconhecem todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido no resultado, quando aplicável.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado é prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se as empresas do Conglomerado Prudencial têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m. Transações de pagamento baseado em ações

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 R1 - Pagamento baseado em ações, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.989, de 30 de junho de 2011, o valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que todas as condições requeridas nos planos de remuneração dos diretores das empresas do Conglomerado Prudencial serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais, quando aplicável.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se as empresas do Conglomerado Prudencial têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

o. Capital social

O capital social das empresas do Conglomerado Prudencial é composto por ações ordinárias, que são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios das empresas do Conglomerado Prudencial, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo no final do exercício.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável semestral excedente de R\$ 120. A provisão para contribuição social e a contribuição social diferida foram calculadas à alíquota de 15% a partir do exercício social de 2019, conforme Lei 13.169/2015 (em 2018 a alíquota era de 20%). Adicionalmente é considerada a compensação de prejuízo fiscal acumulado e base de cálculo negativa de contribuição social limitada a 30% dos rendimentos tributáveis.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos das empresas do Conglomerado Prudencial para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e sobre a base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

q. Receita de prestação de serviços

O Banco presta, substancialmente, serviços de custódia de títulos e valores mobiliários a fundos de investimento constituídos no Brasil, fazendo jus a percentuais, definidos contratualmente, da taxa de custódia devida pelos respectivos fundos de investimento. A taxa de custódia é gerada de acordo com um percentual fixo e/ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos de investimentos, e reconhecida na medida da prestação dos serviços.

A Distribuidora é administradora de fundos e carteiras de investimento cujos contratos de prestação de serviços foram firmados com os respectivos gestores. A Distribuidora também presta serviços de administração de carteiras de investimentos de companhias abertas, serviços de controladoria para fundos internacionais e outros. A receita auferida com a prestação desses serviços é calculada sobre percentual definido em contrato, da taxa de administração prevista em todo e qualquer regulamento de fundo de investimento, clube de investimento e/ou carteira de investimento.

r. Principais práticas adotadas na combinação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas e despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial.

s. Processo de convergências às normas internacionais

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, para fins de referência, algumas normas emitidas pelo CPC, e suas interpretações, aplicáveis as instituições financeiras, aprovadas pelo CMN, estão apresentadas a seguir:

CPC	Assunto	Resolução CMN
01 - R1	Redução ao valor recuperável de Ativos	3.566/08
03 - R2	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
05 - R1	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
24	Eventos Subsequentes	3.973/11
10 - R1	Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
00 - R1	Pronunciamento Conceitual Básico	4.144/12
33 - R1	Benefícios a Empregados	4.424/15
02 - R2	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	4.524/16
04 - R1	Ativo Intangível	4.534/16
27	Ativo Imobilizado	4.535/16

Não obstante a adoção do processo de convergência, uma série de novas normas ou alterações nas normas internacionais e interpretações se tornaram efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018. Abaixo apresentamos um breve resumo das principais normas internacionais, IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16, que ainda não foram aprovados pelo BACEN.

IFRS 9 - instrumentos financeiros (CPC 48)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

As mudanças decorrentes da adoção da IFRS 9 foram avaliadas, e com base nos instrumentos financeiros atualmente detidos pelo Conglomerado Prudencial, não foram apurados impactos relevantes.

IFRS 15 - receita de contratos com clientes (CPC 47)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

As mudanças decorrentes da adoção dessas alterações foram avaliadas e não apresentaram impactos para Conglomerado Prudencial.

IFRS 16 – Arrendamento (CPC 06 R2)

A IFRS 16, determina que, para grande parte dos arrendamentos, o arrendador passe a registrar um ativo identificado, bem como o passivo relacionado. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e as mudanças decorrentes da adoção desse normativo, quando aprovadas pelo BACEN, impactarão a forma de reconhecimento dos contratos das salas comerciais atualmente existentes no Conglomerado Prudencial.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2019 e 2018, as composições de caixa e equivalentes de caixa do Conglomerado Prudencial estão assim classificadas:

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
No início do período		
Disponibilidades	1.026	989
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	176.012	125.189
No final do período		
Disponibilidades	5.533	1.672
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	205.628	105.598

(*) As aplicações interfinanceiras de liquidez (aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros e em moeda estrangeira), caracterizam por operações com vencimento em até 90 dias, configurando equivalente de caixa.

6 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, registrados nas categorias de “Disponíveis para venda” e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

		Conglomerado Prudencial					
		2019			2018		
	Vencimento	Custo corrigido	Valor justo	Ganhos não realizados	Custo corrigido	Valor justo	Ganhos não realizados
Vinculados à prestação de garantia							
Fundo de Investimento							
Liquidez Câmara		4.309	4.309	-	4.000	4.053	53
Total		4309	4.309	-	4.000	4.053	53
Títulos disponíveis para venda							
	Até 1 ano	22.867	22.867	-	20.653	20.653	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (a)	Após 1 ano	182.544	182.606	62	224.504	224.741	237
Total		205.411	205.473	62	245.157	245.394	237
Efeito tributário		-	-	(25)	-	-	(107)
Efeito líquido no patrimônio líquido (b)		-	-	37	-	-	130

- (a) Refere-se a títulos públicos federais emitidos pelo Tesouro Nacional, que possuem taxas de juros pós-fixadas indexadas pela SELIC.
- (b) Os ganhos e perdas não realizados dos títulos registrados na categoria de Disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio líquido, em conta denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

7 Relações interfinanceiras

As relações interfinanceiras do Conglomerado Prudencial estão assim classificadas:

	Conglomerado Prudencial	
Ativo	2019	2018
Pagamentos e recebimentos a liquidar	7	2
Subtotal	<u>7</u>	<u>2</u>
Créditos vinculados - Banco Central		
Outros depósitos - Exigibilidade microcrédito	2.268	1.370
Subtotal	<u>2.268</u>	<u>1.370</u>
Total	<u>2.275</u>	<u>1.372</u>

8 Rendas a receber

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Taxa de administração - carteiras administradas/fundos de investimento	15.983	13.666
Taxa de administração - fundos <i>offshore</i>	2.370	2.129
Rendas a receber - serviços prestados (a)	6.706	4.461
Valores a receber - empresas do grupo (b)	1.540	572
Outras receitas de prestação de serviços	-	3
	26.599	20.831
Total de rendas a receber		
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (c)	(419)	(544)
Ativo circulante	26.599	20.831
Ativo realizável a longo prazo	-	-

- (a) Referem-se aos valores a receber no Banco, decorrentes da prestação de serviços de custódia de títulos e valores mobiliários aos fundos de investimento administrados pela Distribuidora, conforme contrato de prestação de serviço de custódia qualificada, que determina um percentual mensal fixo e/ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos custodiados.
- (b) Rendas a receber do The Bank of New York Mellon, empresa do grupo no exterior, referente ao suporte operacional e gerencial de prestação de serviço de Administração de Fundos de Investimentos e Custódia Internacional de clientes da América Latina e rateio de despesas do grupo, que são reconhecidas no resultado do Banco e do Conglomerado Prudencial e pagas periodicamente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 27.
- (c) As empresas do Conglomerado Prudencial possuem provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, que foi constituída sobre os valores vencidos há mais de 180 dias, respeitando os percentuais de probabilidade de perda definidos pela política contábil do BNY Mellon Corporation, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.h. Esta provisão, nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, leva em consideração a melhor estimativa de recuperabilidade desses valores, realizada pela Administração.

9 Outros créditos - Diversos

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.330	3.307
Crédito tributário (Nota Explicativa nº16)	2.193	3.950
Adiantamentos a funcionários	2.518	2.049
Depósitos judiciais - COFINS exigibilidade suspensa (Nota Explicativa nº 24)	2.141	2.141
Depósitos judiciais - Outros	1.999	6.948
Despesas antecipadas (a)	3.370	1.321
Devedores diversos - País (b)	887	9.934
Valores a receber – empresas do grupo no exterior	455	161
Valores a receber – empresas do grupo no país (c)	177	434
Outros	20	41
	20.090	30.286
Total		
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (b)	(183)	(3.093)
Ativo circulante	13.757	17.247
Ativo realizável a longo prazo	6.333	13.039

- (a) O saldo em 2019 refere-se, substancialmente, a, seguros e suporte técnico de equipamentos cujo montante de despesa a apropriar é de R\$ 3.159 (30 junho de 2018: R\$ 1.110), e contrato de fiança com montante de despesa a apropriar de R\$ 211 (30 de junho de 2018: R\$ 211).

- (b) O saldo em 2018 refere-se, substancialmente, a valores a receber referente a liquidação indevida na CETIP de cinco Cédulas de Produto Rural Financeira – CPR, no montante de R\$ 8.493. O recebimento deste valor ocorreu em dezembro de 2018.
- (c) Valores a receber de Empresas do grupo BNY Mellon no Brasil, referentes ao rateio de despesas do grupo, que são reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas mensalmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 27.

10 Participação em controlada

Em 30 de junho de 2019 e 2018, a Distribuidora possuía investimentos na controlada BNY Mellon Administração de Ativos, conforme apresentado abaixo:

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Capital social	6.131	6.131
Quantidade de cotas	9.999	9.999
Percentual de participação	100%	100%
Patrimônio líquido	10.156	10.005
Lucro líquido do semestre	197	67
Investimento - Participação na controlada	10.353	10.071
Resultado de equivalência patrimonial	197	67

A BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. fazia a gestão da carteira de alguns fundos de investimento administrados pela Distribuidora e era remunerada por meio da taxa de administração e a taxa de performance desses fundos. Em maio de 2016, a controlada transferiu a gestão da carteira desses fundos para a Distribuidora e atualmente não possui nenhum fundo sob sua gestão.

11 Outros investimentos

A composição de outros investimentos, por parte da Distribuidora, em 30 de junho de 2019 e 2018, está assim apresentada:

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Títulos patrimoniais:		
Gávea Golf and Country Club	-	150
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-	(150)
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima	6	6
Galgo Sistema de informações S.A. (a)	1.752	1.752
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(152)	(152)
Total	1.606	1.606

- (a) O investimento no projeto Galgo correspondia a um condomínio, onde 14 instituições do mercado financeiro e de capitais participaram, com a finalidade de desenvolver um sistema que integre as instituições financeiras, padronizando e centralizando a transferência de informação entre as prestadoras de serviço de administração de recursos, controladoria, custódia, distribuição e negociação de ativos, de maneira ágil e confiável.

Em dezembro de 2015 foi deliberada a constituição de uma empresa, denominada Galgo S.A., para receber e operacionalizar tal sistema, sendo definido um valor de integralização das ações definido pelo laudo de avaliação do sistema Galgo.

Em Assembleia Geral de Constituição realizada em 1º de julho de 2016 foi deliberada a constituição da sociedade Galgo Sistemas de Informações S.A., e aprovada integralização e subscrição do capital social em moeda corrente nacional, no montante de R\$280 para cada condômino, o qual foi integralizado pela Distribuidora em 24 de junho de 2016.

Em ato contínuo foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento de capital social da sociedade, o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, pelo valor apurado no laudo de avaliação do sistema Galgo, no montante de R\$ 22.083, cuja participação da Distribuidora equivale a R\$ 1.752 (6,6667%). Em fevereiro de 2017, foi emitido um novo laudo de avaliação do Sistema Galgo e com base nessa avaliação foi reconhecido uma despesa por impairment no montante de R\$ 152. O método utilizado para avaliação da Galgo S.A foi a metodologia do fluxo de caixa descontado (FCD). Essa metodologia é baseada na teoria financeira de que o valor do ativo é reflexo dos benefícios futuros (fluxo de caixa) trazido a valor presente por uma taxa de desconto.

Em fevereiro de 2019, foi divulgado através de um memorando da Administração o posicionamento da Diretoria da Galgo S.A quanto a avaliação do indicativo de *impairment*. Assim como em 2017, o posicionamento da Diretoria é de que não há indicativo de “*impairment*” do Sistema Galgo para companhia em 31 de dezembro de 2018.

Em maio de 2019, houve a baixa do título patrimonial do Gavea Golf and Club cuja perda por redução ao valor recuperável já estava provisionado em 100%.

12 Imobilizado de uso

A composição do imobilizado de uso, líquido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável, em 30 de junho de 2019 e 2018, está assim apresentada:

Conglomerado Prudencial											
2019											
	Taxa a.a	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferencia (+) / (-)	Custo final	Depreciação acumulada	Depreciação Período	Baixa	Transferencia (+) / (-)	Saldo Final
Instalações	10%	9.824	-	-	-	9.824	(7.094)	(413)	-	-	2.317
Moveis e Equipamentos	10%	7.436	-	-	-	7.436	(6.017)	(332)	-	-	1.087
Equipamentos	20%	5.538	-	(24)	754	6.268	(2.383)	(597)	23	-	3.311
Sistema de processamento de dados	20%	24.496	-	(72)	271	24.695	(21.992)	(844)	213	-	2.072
Veículos	20%	1.199	-	(194)	-	1.005	(639)	(117)	145	-	394
Ativo Fixo em Curso	-	1.093	2.319	-	(1.025)	2.387	-	-	-	-	2.387
Total		49.586	2.319	(290)	-	51.615	(38.125)	(2.303)	381	-	11.568
Conglomerado Prudencial											
2018											
	Taxa a.a	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência (+) / (-)	Custo final	Depreciação acumulada	Depreciação Período	Baixa	Transferência (+) / (-)	Saldo Final
Instalações	10%	12.323	-	(2.968)	261	9.616	(9.113)	(454)	2.917	-	2.966
Moveis e Equipamentos	10%	7.326	-	(388)	249	7.187	(5.591)	(400)	359	-	1.555
Equipamentos	20%	4.007	-	-	288	4.295	(1.683)	(377)	-	-	2.235
Sistema de processamento de dados	20%	24.446	-	-	82	24.528	(20.782)	(943)	-	-	2.803
Veículos	20%	1.199	-	-	-	1.199	(398)	(120)	-	-	681
Ativo Fixo em Curso	-	631	801	-	(881)	551	-	-	-	-	551
Total		49.932	801	(3.356)	(1)	47.376	(37.567)	(2.294)	3.276	-	10.791

Os valores contábeis dos ativos imobilizados das empresas do Conglomerado Prudencial foram avaliados pela Administração para fins de apresentação das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2019 e 2018 e não houve indicação de redução ao valor recuperável (*impairment*).

13 Ativo intangível

A composição do ativo intangível, líquido das amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável, em 30 de junho de 2019 e 2018, está assim apresentada:

Conglomerado Prudencial										
2019										
	Taxa a.a	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência (+) / (-)	Custo final	Amortização acumulada	Amortização Período	Transferência (+) / (-)	Saldo Final
Software	20%	11.520	-	-		11.520	(9.419)	(498)	-	1.603
Ativo Intangível em Curso		142	589	-	(142)	589	-	-	-	589
Total		11.662	589	-	(142)	12.109	(9.419)	(498)	-	2.192
Conglomerado Prudencial										
2018										
	Taxa a.a	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência (+) / (-)	Custo final	Amortização acumulada	Amortização período	Transferência (+) / (-)	Saldo Final
Software	20%	11.517	-	-	4	11.521	(8.363)	(567)	-	2.591
Ativo Intangível em Curso		4	-	-	(4)	-	-	-	-	-
Total		11.521	-	-	-	11.521	(8.363)	(567)	-	2.591

Os valores contábeis dos ativos intangíveis da Distribuidora foram avaliados pela Administração para fins de apresentação das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2019 e 2018, e não houve indicação de redução ao valor recuperável (*impairment*).

14 Depósitos

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Depósitos à vista	81.971	80.887

15 Outras obrigações

O saldo de outras obrigações, apresentado no balanço em 30 de junho de 2019 e 2018, para o Conglomerado Prudencial, é composto pelas seguintes rubricas de contas:

a. Sociais e estatutárias

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Dividendos a pagar	201	62
Provisão para participação nos lucros e Gratificações a pagar	6.824	7.537
Gratificação diretoria (Nota Explicativa nº 27)	1.490	10.337
Total	8.515	17.936
Passivo circulante	8.515	13.160
Passivo não circulante	-	4.776

b. Fiscais e previdenciárias

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social (Nota Explicativa nº 16)	15.013	7.093
Imposto de Renda Retido na Fonte – Funcionários	754	705
INSS e FGTS a recolher	4.902	7.393
ISS, PIS e COFINS a recolher	1.591	1.613
Previdência privada - Passivo atuarial	2.037	821
Outros impostos e contribuições a recolher	47	154
Total	24.344	17.779

c. Diversas

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Salários e encargos a pagar	13.555	12.690
Fundos encerrados e transferidos (c1)	1.688	1.951
Contas a pagar (c2)	9.280	3.906
Contas a pagar – empresas do grupo no exterior (c3)	147	107
Fundos ativos (c4)	37	401
Provisão para contingência (Nota Explicativa nº 24)	54.100	31.471

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Provisão auditoria e publicação	405	367
Provisão multa CVM (c5)	2.744	2.443
Outras obrigações	25	49
Total	81.981	53.385
Passivo circulante	27.881	21.914
Passivo não circulante	54.100	31.471

- (c1) Referem-se a valores recebidos dos fundos encerrados e transferidos para que as empresas do Conglomerado Prudencial possam realizar pagamentos remanescentes referentes às despesas dos fundos (auditoria externa, jurídico, CETIP, entre outras despesas).
- (c2) Referem-se às despesas operacionais das empresas do Conglomerado Prudencial com diversos fornecedores de serviços.
- (c3) Referem-se a valores a pagar para Empresas do grupo BNY Mellon no exterior referente ao rateio de despesas do grupo que precisam ser reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas periodicamente. Para fins fiscais, são consideradas despesas indedutíveis.
- (c4) Referem-se a valores recebidos, de forma antecipada, dos fundos administrados pela Distribuidora, para liquidação futura de algumas despesas dos fundos, como auditoria externa, jurídico, cartório, entre outras despesas, cujas faturas ainda não foram emitidas pelos respectivos prestadores de serviço.
- (c5) Referem-se a valores provisionados para fazer face a despesas relacionadas ao atraso no envio de informações periódicas de fundos de investimentos administrados pela Distribuidora, a órgãos reguladores.

16 Imposto de renda e contribuição social

As conciliações entre os valores apurados conforme alíquotas fiscais e os valores registrados no resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 podem ser resumidas da seguinte forma:

	Conglomerado Prudencial			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações	42.493	14.387	42.493	14.387
Participações de administradores e empregados no lucro	(988)	(435)	(988)	(435)
Lucro contábil antes da tributação	41.505	13.952	41.505	13.952
Adições permanentes	4.659	8.643	4.659	6.541
Adições temporárias	14.523	8.216	14.523	8.216
Adições/Exclusões temporárias - Participação nos lucros e gratificações	(14.955)	(12.792)	(16.596)	(15.835)
Adições/Exclusões permanentes - Participação nos lucros e gratificações	1.337	1.624	-	-
Exclusões temporárias – Outros	(3.634)	(2.756)	(3.634)	(2.756)
Exclusões permanentes - Outros	-	-	-	-
Exclusões permanentes - Equivalência patrimonial	(197)	(67)	(197)	(67)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	43.238	16.820	40.260	10.051

	Conglomerado Prudencial			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações	42.493	14.387	42.493	14.387
Participações de administradores e empregados no lucro	(988)	(435)	(988)	(435)
Lucro contábil antes da tributação	41.505	13.952	41.505	13.952
Adições permanentes	4.659	8.643	4.659	6.541
Adições temporárias	14.523	8.216	14.523	8.216
Adições/Exclusões temporárias - Participação nos lucros e gratificações	(14.955)	(12.792)	(16.596)	(15.835)
Adições/Exclusões permanentes - Participação nos lucros e gratificações	1.337	1.624	-	-
Exclusões temporárias – Outros	(3.634)	(2.756)	(3.634)	(2.756)
Exclusões permanentes - Outros	-	-	-	-
Exclusões permanentes - Equivalência patrimonial	(197)	(67)	(197)	(67)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	43.238	16.820	40.260	10.051
Base de cálculo do IR e CS após compensação do prejuízo fiscal	38.855	16.820	36.253	10.051
Alíquota fiscal conforme (Nota Explicativa nº 4.p)	25%	25%	15%	20%
Imposto de renda e contribuição social apurados	9.690	4.343	5.438	2.849
Deduções por incentivo fiscal	(115)	(99)	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	9.575	4.244	5.438	2.849

a. Créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, bem como da provisão para impostos diferidos sobre diferenças temporárias, pode ser assim demonstrada:

	2019				Saldo no final do semestre
	Saldo no início do semestre	Constituição	Realização	Baixa	
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-
Base negativa da contribuição social	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias	1.993	538	(1.343)	-	1.188
Total crédito tributário	1.993	538	(1.343)	-	1.188
Provisão para impostos diferidos (a)	974	31	-	-	1.005

	2018				Saldo no final do semestre
	Saldo no início do semestre	Constituição	Realização	Baixa	
Prejuízos fiscais	1.705	-	(1.705)	-	-
Base negativa da contribuição social	1.711	-	(1.711)	-	-
Diferenças temporárias	3.417	2.294	(2.069)	-	3.372
Total crédito tributário	6.563	2.294	(5.485)	-	3.372
Provisão para impostos diferidos (a)	550	29	(1)	-	578

(a) Refere-se à provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre avaliação atuarial.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado está representado conforme abaixo:

	2019	2018	
BNY Mellon Banco S.A.	936.068	936.068	Ações
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	83.809.737	83.809.737	Ações

A BNY Mellon Participações Ltda. detém aproximadamente 100% das ações do Banco e da Distribuidora.

b. Reserva de capital

A reserva de capital foi constituída com os valores referentes ao plano de pagamento baseado em ações, reconhecido em 30 de junho de 2019 e 2018 pelas empresas do Conglomerado Prudencial que fazem parte do programa de remuneração global de executivos e profissionais do BNY Mellon Corporation. Essa Empresa possui planos de incentivo de longo prazo que preveem a emissão de ações restritas, opção de ações e outras premiações com base em ações, que incluem funcionários e executivos das empresas do Conglomerado Prudencial no Brasil. Veja Nota Explicativa nº 18.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de lucros

É constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após destinações estabelecidas no estatuto social das empresas do Conglomerado Prudencial, baseada na proposta da Diretoria, aprovada em Assembleia Geral.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial representa as variações líquidas acumuladas do valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda até que os investimentos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável (*impairment*).

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do semestre/exercício quando da alienação dos ativos a que elas se referem.

f. Dividendos

De acordo com o estatuto social das empresas do Conglomerado Prudencial, os acionistas fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, quando aplicável, apurado nos termos da lei. As distribuições são aprovadas em reuniões dos acionistas, quando convocadas para este fim.

18 Transação de pagamentos em ações

Como parte do programa de remuneração global de executivos e profissionais, o BNY Mellon Corporation possui planos de incentivo de longo prazo que preveem a emissão de ações restritas, opção de ações e outras premiações com base em ações, que incluem executivos e funcionários do Banco e da Distribuidora no Brasil.

Conforme a Resolução nº 3.989/11 do BACEN, que determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações. O Banco e a Distribuidora reconheceram no resultado no semestre findo em 30 de junho de 2019 o montante de R\$ 3.074 e R\$ 254 (R\$ 2.182 e R\$ 2.187 respectivamente em 30 de junho de 2018), no grupo de “Despesas de pessoal” (Nota Explicativa nº 21).

As ações restritas são emitidas a valor justo na data de atribuição a executivos e funcionários da Distribuidora e, geralmente, são exercíveis entre três e cinco anos a partir da data de sua emissão. Parte dessas ações é atualizada pelo valor justo de mercado na data de fechamento de cada trimestre até o momento de seu exercício. As ações não possuem direito a voto, e só podem ser vendidas por opção do empregado, à BNY Mellon Corporation a um preço baseado geralmente no valor justo no momento da recompra.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2019, foram concedidas para o Conglomerado Prudencial 22.410 ações restritas do BNY Mellon Corporation ao preço unitário de exercício de US\$ 50,43 e USD 52,01. No semestre findo em 30 de junho de 2018 foram concedidas 27.685 ao preço unitário de exercício de US\$ 58,18 e US\$ 53,93.

Em 30 de junho de 2019, o preço unitário de fechamento das ações do BNY Mellon Corporation na NYSE - New York Stock Exchange é de US\$ 44,15.

19 Receitas e despesas da intermediação financeira

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Compromissadas – Intermediação (a)	1.715	1.313
Compromissadas - Selic	7.065	3.617
Títulos e valores mobiliários (Carteira própria)	6.297	7.716
Fundos de investimentos	130	52
Fundo garantidor de crédito	(59)	(42)
Total	15.148	12.656

Referem-se aos rendimentos líquidos auferidos, com base na taxa de remuneração das aplicações em títulos e valores mobiliários e das operações compromissadas, reconhecidos no resultado na rubrica de “Resultado bruto da intermediação financeira”.

- (a) O Banco e a Distribuidora, por meio de sua conta de intermediação (*Broker*) no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, realizam a intermediação de operações compromissadas entre os fundos e bancos múltiplos de primeira linha, recebendo como remuneração a diferença entre as taxas praticadas entre as partes (*spread*).

20 Receitas de prestação de serviços

O Banco presta serviços de custódia de títulos e valores mobiliários, apurando receitas com base em um valor fixo ou percentual variável, definido contratualmente, sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos de investimento cujos ativos são custodiados pelo Banco e também receita referente à cobrança de tarifa bancária. As referidas receitas estão apresentadas nas rubricas “Serviços de custódia” e “Tarifa bancária”. Adicionalmente, o Banco apura receita de prestação de serviços referentes ao reembolso de despesas operacionais pago periodicamente pelo The Bank of New York Mellon e aos serviços prestados aos clientes do The Bank of New York Mellon. Essa receita está apresentada abaixo na rubrica “Rendas de assessoria técnica”.

A Distribuidora é administradora de fundos e carteiras de investimento cujos contratos de prestação de serviços foram firmados com os respectivos gestores e também presta serviços de administração de carteiras de investimentos de companhias abertas, serviços de controladoria para fundos internacionais e outros. A receita auferida com a prestação desses serviços é calculada sobre percentual definido em contrato, da taxa de administração prevista em todo e qualquer regulamento de fundo de investimento, clube de investimento e/ou carteira de investimento.

O total de recursos administrados em 30 de junho 2019 monta a R\$ 427.512.964 (R\$ 287.254.968 em 30 de junho de 2018). Este montante refere-se ao somatório dos patrimônios líquidos dos fundos e carteiras administradas, sem a eliminação dos seus investimentos em outros fundos ou carteiras administradas.

A composição das receitas com prestação de serviços nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 pode ser resumida da seguinte forma:

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Taxa de administração de fundos de investimento	82.855	61.960
Controladoria de fundos internacionais	5.845	5.731
Taxa de administração de carteiras	1.969	1.870
Agenciamento e intermediação de títulos - Corporate Trust	-	10
Serviços de representação legal	1.685	2.084
Agenciamento e intermediação de títulos	730	888
Receita de exportação de serviços	981	1.623
Rendas de assessoria técnica	4.453	2.628
Serviços de custódia	36.561	22.706
Tarifa bancária	2.717	1.758
Outros serviços	6.143	5.004
Total	143.939	106.262

21 Despesas de pessoal

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Proventos	(31.938)	(30.130)
Gratificação funcionários	(6.671)	(4.499)
Gratificação diretoria	1.425	(545)
Benefícios a empregados	(7.964)	(7.212)
Encargos sociais	(14.500)	(13.823)
Despesa relacionada a plano de benefício definido (Nota Explicativa nº 25)	(153)	(144)
Despesa relacionada a plano de contribuição definida (Nota Explicativa nº 25)	(1.858)	(1.727)
Transações de pagamento baseado em ações (Nota Explicativa nº 18)	(3.328)	(4.369)
Outras despesas	(407)	(376)
Contrato de rateio de custos e despesas de pessoal (a)	3.852	4.084
	(61.542)	(58.741)

- (a) Valores a receber de Empresas do grupo BNY Mellon no Brasil, referentes ao rateio e despesas administrativas do grupo, que são reconhecidas no resultado das empresas do Conglomerado Prudencial e pagas mensalmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 27.

22 Outras despesas administrativas

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Processamento de dados	(9.260)	(7.214)
Despesa de repasse a distribuidores - rebatê	(40)	(137)
Serviços financeiros	(2.509)	(2.384)
Depreciação e amortização	(2.800)	(2.861)
Serviços de terceiros	(2.966)	(2.567)
Serviços técnicos especializados	(3.871)	(4.262)
Comunicações	(231)	(435)
Provisão/Despesas para contingências e ou processos	(11.782)	(2.500)
Viagens no país/exterior	(615)	(860)
Transporte	(458)	(336)
Manutenção e conservação de bens	(645)	(708)
Água, energia e gás	(746)	(784)
Material	(136)	(95)
Propaganda e publicidade	(51)	(143)
Aluguéis	(2.492)	(3.658)
Promoções e relações públicas	(70)	(112)
Provisão multa CVM	(274)	(21)
Contribuições filantrópicas	(20)	(10)
Contrato de rateio de custos e despesas de outras despesas administrativas (a)	182	37
Outras	(2.723)	(2.271)
	(41.507)	(31.321)

- (a) Valores a receber de Empresas do grupo BNY Mellon no Brasil, não pertencentes ao Conglomerado Prudencial, referentes ao rateio e despesas administrativas do grupo, que são reconhecidas no resultado das empresas do conglomerado prudencial e pagas mensalmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 27.

23 Outras receitas/(despesas) operacionais

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Despesas corporativas internacionais (a)	(593)	(655)
Despesas/receitas gerais com fundos (b)	(1.082)	(799)
Resultado líquido de variação cambial	192	525
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(81)	(3.080)
Perda no recebimento de crédito (c)	(1.038)	(2.049)
Outras despesas operacionais	(96)	(34)
Outras receitas operacionais	948	342
Total	(1.750)	(5.750)

- (a) Referem-se a despesas pagas para Empresas do Grupo BNY Mellon no exterior, referentes ao rateio de despesas do grupo, reconhecidas no resultado das empresas do Conglomerado Prudencial e pagas periodicamente. Para fins fiscais, são consideradas despesas indedutíveis.
- (b) Referem-se a custos gerados pelos fundos de investimento administrados pela Distribuidora.
- (c) Referem-se a perda no recebimento de taxa de administração e despesas administrativas de fundos, que na avaliação da Distribuidora existe baixa expectativa de realização em função da iliquidez dos ativos integrantes das carteiras desses fundos.

24 Contingências

a. Contingências trabalhistas, fiscais e cíveis - Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela resolução do CMN nº 3.823/2009, o Conglomerado constitui provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda provável.

Movimentação das provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Demandas Trabalhistas		
Saldo Inicial	14.319	11.402
Constituição	1.172	255
Reversão da provisão	(43)	-
Atualização monetária	418	940
Baixa por pagamento	(269)	-
Saldo final	15.597	12.597
Demandas Fiscais		
Saldo inicial	2.104	2.103
Constituição	-	-
Atualização monetária	-	-
Saldo final (1)	2.104	2.103

	Conglomerado Prudencial	
	2019	2018
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	27.835	15.560
Constituição	4.261	250
Reversão da Provisão	(55)	(19)
Atualização das Causas	5.620	980
Baixa por pagamento	(1.262)	-
Saldo final (2) (3) (4)	36.399	16.771
Total das demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	54.100	31.471

- (1) A Distribuidora discute judicialmente a inconstitucionalidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e pleiteia calcular e recolher a COFINS sobre o efetivo faturamento, conforme artigo 2º da Lei Complementar nº 70/1991, afastando-se, assim, a ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998. Por decisão judicial, a partir de janeiro de 2010, a Distribuidora depositou judicialmente os valores controvertidos, conforme Nota Explicativa nº 7. Baseado na opinião dos assessores jurídicos, o valor histórico depositado judicialmente (R\$ 2.104) está registrado na conta de provisão para contingências. Devido à mudança da base de cálculo trazida pela Lei nº 12.973, a partir do fato gerador de janeiro de 2016, a Distribuidora deixou de realizar o depósito judicial referente à ação judicial da COFINS, e com isso o recolhimento passou a ser feito por meio do DARF, correspondendo a 100% do valor apurado da COFINS.
- (2) A Distribuidora é Ré em duas ações cíveis, nas quais os autores pretendem obter indenização pelas perdas sofridas em fundos de investimento administrados pela Distribuidora. Foram proferidas sentenças em ambas as ações acolhendo em parte os pedidos, para determinar a condenação solidária da gestora dos fundos e da Distribuidora ao pagamento de quantias que, atualizadas até 30.06.2019, equivalem a aproximadamente R\$ 16.325 e R\$ 576 respectivamente. Foram interpostos recursos, ainda pendentes de julgamento.
- (3) Considerando o seu papel de administrador fiduciário de fundos de investimento, a Distribuidora foi incluída como Acusada em processos administrativos sancionadores instaurados por órgãos reguladores, a maioria deles discutindo o seu dever de supervisionar os demais prestadores de serviço dos fundos sob administração. As decisões condenatórias proferidas estão atualmente sujeitas à revisão do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).
- (4) A Distribuidora, em seu papel de administradora fiduciária de fundos de investimento, foi incluída, junto a outras partes, em procedimento de Tomada de Contas Especial iniciado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE/RO), tendo sido proferida decisão condenando-a solidariamente ao pagamento da quantia de R\$ 1.626. Em 04.02.2019, foi interposto Recurso de Revisão junto ao TCE/RO, ainda pendente de julgamento. O valor da condenação, atualizado até 30.06.2019 corresponde a R\$ 4.503.

b. Contingencias trabalhistas, fiscais e cíveis – Possíveis

As contingencias classificadas com risco possível são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. Para fins de apresentação, as informações a seguir levam em consideração as seguintes situações: b.1. Processos de maior relevância e b.2. Outros processos:

b.1 Processos de maior relevância

Postalis

Em 08.08.2014, o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (“Postalis”) ajuizou ação ordinária contra a BNY Mellon DTVM e Fabrizio Dulcetti Neves (“Sr. Fabrizio”, em conjunto com a BNY Mellon DTVM, denominados “Réus”), sócio controlador da Atlântica Administradora de Recursos Ltda. (“Atlântica”), em razão de supostos prejuízos, lucros cessantes e/ou danos emergentes sofridos pelo Brasil Sovereign II Fundo de Investimento em Dívida Externa (“Brasil Sovereign II”). Na mesma data, o Postalis solicitou liminarmente o bloqueio judicial de parte do valor do pedido.

Em 21.08.2014, o pedido liminar foi deferido, tendo sido implementado o bloqueio em 22.08.2014. O bloqueio foi posteriormente substituído por carta de fiança bancária, contratada junto ao Banco Bradesco, e garantida pela controladora final da Distribuidora, para a qual são pagos trimestralmente valores relativos à comissão de fiança, conforme nota explicativa nº 24. Atualmente, aguarda-se a citação dos Réus.

Em 12.03.2015, o Postalis ajuizou outra ação contra a Distribuidora e contra outros Réus no Rio de Janeiro, a qual está atualmente em fase instrutória. Em 14.12.2015, foi ajuizada uma ação, em São Paulo, pela Associação dos Profissionais dos Correios (“ADCAP”) contra a Distribuidora e outros Réus. Essa ação foi extinta sem julgamento do mérito em 20.03.2017 e, no momento, aguarda-se o julgamento do recurso interposto pela Autora.

Em 17.12.2015, o Postalis ajuizou outras três ações no Rio de Janeiro contra a Distribuidora, relacionadas a investimentos em outros fundos sob administração, as quais estão atualmente em fase instrutória.

Em 04.02.2016, o Postalis ajuizou ação em Brasília, alegando ter sofrido perdas em alguns outros fundos de investimento. Essa ação foi remetida à Justiça Federal de São Paulo, por ter havido declínio de competência, tendo sido posteriormente remetida à Justiça Federal de Brasília, para reapresentação das contestações pelos Réus.

Em 05.04.2017, o Tribunal de Contas da União (“TCU”) proferiu decisão de indisponibilidade de bens da Distribuidora no valor de R\$556.188.480,84, no contexto de investigação relacionada ao Postalis. Em 10.04.2017, a Distribuidora impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, tendo obtido liminar de suspensão da decisão de indisponibilidade. Na sequência, a Distribuidora apresentou defesa no procedimento de Tomada de Contas.

Em 16.01.2018, o Ministério Público Federal ajuizou ação judicial perante a Justiça Federal em São Paulo, com vistas a obter a condenação da Distribuidora por prejuízos sofridos pelo Postalis. Tal ação foi extinta, sem julgamento do mérito, estando pendentes de julgamento recursos de apelação.

Em 16.04.2019, a Distribuidora foi intimada da instauração de novo Procedimento de Tomada de Contas pelo TCU, tendo apresentado defesa no prazo legal.

Considerando que os valores envolvidos são ilíquidos e que os processos ainda estão em fase inicial, não foi possível determinar os montantes possíveis de perda. Além disso, há inquéritos e processos administrativos em curso perante a CVM e o Banco Central tratando de tais assuntos.

Silverado

A Distribuidora é a administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum (“Fundo Silverado”). Em 02.06.2016, o Fundo Silverado ajuizou ação contra a Distribuidora e contra o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na condição de custodiante, e a Silverado Gestão e Investimentos Ltda., na condição de gestora, sob a alegação de que todos teriam falhado no cumprimento de seus respectivos deveres e que, portanto, seriam solidariamente responsáveis pela indenização de supostas perdas sofridas pelo Fundo Silverado.

CEEE

Em 23.06.2016, o BNY Mellon Sul Energia FIC FIM (“Fundo Sul Energia”), cujo quotista exclusivo é a Fundação CEEE de Seguridade Social - Eletroceee (“CEEE”), ajuizou ação de indenização contra a Distribuidora, sob a alegação de que a mesma não teria cumprido os deveres inerentes à sua condição de administradora, no que diz respeito a dois investimentos realizados pelo Fundo Sul Energia. O valor histórico do pedido principal formulado é de R\$ 48.526.

IGPREV

Em 18.06.2015, o Ministério Público do Estado de Tocantins ajuizou quatro ações contra a Distribuidora, na condição de administradora dos Fundos FI Diferencial RF LP (“Fundo Diferencial”), Adinvest Top FI RF (“Fundo Adinvest”), Totem FI RF II (“Fundo Totem”) e Vitória Régia FI RF LP (“Fundo Vitória Régia”), e contra outros Réus, sob a alegação de que todos deveriam ser solidariamente responsáveis por supostas perdas sofridas pelos referidos fundos, os quais teriam causado prejuízos ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (“IGEPREV”). Em 17/05/2017, o Tribunal de Justiça do Tocantins expediu ordem de bloqueio em uma das ações, decisão posteriormente reformada pelo Tribunal. Aguarda-se a citação dos Réus. Considerando que os processos ainda estão em fase inicial, não foi possível determinar os montantes possíveis de perda.

CELOS

Em 22.07.2018, foi ajuizada ação civil pública pelo Instituto Nosso Brasil (“INBRA”) contra a Distribuidora e outros 34 réus, por meio da qual foi requerido afastamento da diretoria executiva e do conselho deliberativo da Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS, suspensão das contribuições extraordinárias exigidas dos participantes do plano e indenização por alegados prejuízos, supostamente decorrentes dos investimentos realizados. Foi proferida decisão extinguindo o processo sem julgamento do mérito, devido à ilegitimidade ativa do INBRAS, havendo recurso pendente de julgamento.

OPP HOLDING

Em 04.09.2015, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração contra a Distribuidora, outra instituição financeira, uma entidade empresarial e 10 (dez) pessoas físicas, no valor histórico de R\$ 324.696. Os autos foram lavrados para exigir IRPJ e CSLL sobre ganho de capital supostamente auferido em decorrência de alienação de ações por fundo sob administração (Opp Holding Fundo de Investimento em Participações). A Distribuidora foi incluída em virtude de seu papel de administradora fiduciária do fundo. Em 01.10.2015 foi apresentada defesa pela Distribuidora e, não tendo os argumentos sido conhecidos, foi apresentado recurso ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”), ora pendente de julgamento.

b.2 Outras contingências

No que se refere às demais contingências, os montantes relacionados no quadro abaixo representam a estimativa dos valores que puderam ser calculados com confiabilidade e que foram classificados como chance de perda possível, pelos assessores jurídicos da Distribuidora.

Outras contingências passivas:	30/06/2019	30/06/2018
Trabalhista (1)	1.796	1.501
Fiscais	319	4.917
Cíveis (2)	<u>118.109</u>	<u>79.518</u>
Total	<u><u>120.224</u></u>	<u><u>85.936</u></u>

- (1) Existem ainda contingências passivas de natureza trabalhista avaliadas como risco possível, cujos montantes não estão refletidos nos valores indicados acima, uma vez que não puderam ser calculados com confiabilidade. Isso se deve à iliquidez dos pedidos principais formulados e à inclusão de pedidos de indenização por danos morais, a serem arbitrados pelo Juiz.
- (2) De maneira geral, os processos de natureza cível classificados como risco possível de perda correspondem a ações judiciais em que se requer a condenação solidária da Distribuidora, junto a gestores, custodiante e demais prestadores de serviços de fundos de investimento envolvidos, à reparação de supostas perdas sofridas por investidores, sob a alegação de que teriam havido falhas na gestão e administração dos referidos fundos.

Em grande parte dos casos, requer-se que as supostas perdas sejam apuradas em fase de liquidação de sentença. Seja em razão dessa circunstância ou, ainda, da formulação de pedido de indenização por supostos danos morais em valor a ser arbitrado pelo Juízo, não é possível quantificar com precisão o valor da exposição da Distribuidora, de modo que tais processos não estão refletidos nos valores indicados acima. Além disso, em razão da natureza dos pedidos formulados, o valor das supostas perdas pode sofrer alterações no decorrer dos processos.

25 Benefícios a empregados

O Banco não possui para seus funcionários a modalidade do plano de benefícios definido. Para o Conglomerado Prudencial, a distribuidora é patrocinadora de um plano na modalidade de benefício definido, e participa com parte da contribuição mensal. Adicionalmente, a Distribuidora também patrocina planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Descrição dos planos

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o Conglomerado Prudencial detinha os seguintes planos de benefícios a empregados junto a Mapfre Seguros S.A, Icatu Seguros S.A. e Bradesco Previdência e Seguros S.A.

Plano de contribuição definida

O Banco e a Distribuidora concedem a seus diretores e empregados o benefício, opcional, de participação no plano de previdência privada da Mapfre Seguros S.A. e Bradesco Previdência e Seguros S.A., na modalidade de contribuição definida, participando como patrocinadora com parcela da contribuição mensal. No semestre findo em 30 de junho de 2019, a Distribuidora contribuiu para a previdência privada o montante de R\$ 1.470 e o Banco R\$ 388 (R\$ 1.453 da Distribuidora e R\$ 274 do Banco em 30 de junho de 2018).

Plano de benefício definido

A Distribuidora concedia a seus diretores e empregados o benefício, opcional, de participação no plano de previdência privada multipatrocinado da BRASPREV - Fundação Brascan de Previdência, na modalidade de benefício definido, participando como patrocinadora com parcela da contribuição mensal. Este benefício foi mantido para os diretores e funcionários que então haviam optado em participar do referido plano até fevereiro de 2004. Em março de 2012, a Distribuidora transferiu seu plano de benefício definido da BRASPREV para a Icatu Seguros S.A. As contribuições para esse plano totalizaram R\$ 153 e R\$ 144 nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente.

A partir de março de 2004, a Distribuidora passou a proporcionar aos seus diretores e empregados o benefício, opcional, de participação no plano de previdência privada da Icatu Seguros S.A., na modalidade de contribuição definida, participando como patrocinadora com parcela de contribuição mensal.

Em janeiro de 2019, foi emitido pela Mercer Human Consulting Ltda., o laudo de avaliação atuarial para prover o valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2018 e a estimativa atuarial de despesa para 2019 do plano de benefício definido.

A estimativa da despesa atuarial para o exercício de 2019, apurada de acordo com as regras da Deliberação CVM nº 695, que aprova o CPC 33 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis, é de R\$ 306.

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas no cálculo atuarial foram:

Taxa de desconto	9,83% a.a (nominal)
Crescimento salarial (1)	6,59% a.a (nominal)
Reajuste dos benefícios previdenciários	4,50% a.a (nominal)
Inflação de longo prazo	4,50% a.a (nominal)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability

- (1) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelos patrocinadores levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

26 Programa de participação nos lucros

O Banco e a Distribuidora possuem um programa de participação nos lucros e/ou resultados para seus funcionários.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, o Banco apurou para fins de distribuição o montante de R\$ 988 (R\$ 435 em 30 de junho de 2018).

A Distribuidora possui um programa anual de participação nos lucros e/ou resultados para seus funcionários. No semestre findo em 30 de junho de 2018 não foi apurado resultado a ser distribuído. No semestre findo em 30 de junho de 2019, embora a DTVM tenha apurado lucro, não houve provisionamento de participação nos lucros ou resultados para distribuição.

27 Transação com partes relacionadas

Conglomerado Prudencial				
2019				
	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Transação/ Resultado
Diretoria	-	(2.332)	-	(1.730)
Dividendos devidos à controladora	-	(201)	-	-
Empresas do grupo no país	177	(517)	-	1.435
Empresas do grupo no exterior	1.944	145	-	3.115
Total	2.171	(2.905)	-	2.820
Conglomerado Prudencial				
2018				
Diretoria	-	971	1.402	(9.254)
Dividendos devidos à controladora	-	(62)	-	-
Empresas do grupo no país	196	9	-	1.626
Empresas do grupo no exterior	876	(1)	-	5.720
Total	1.072	(917)	1.402	(1.908)

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre as empresas do Conglomerado Prudencial e outras partes relacionadas, conforme a seguir:

Os saldos com empresas do Grupo BNY Mellon no exterior, correspondem a: **i)** valores cobrados ou reembolsados relacionados a rateio de despesas do grupo, que precisam ser reconhecidas no resultado das empresas do Conglomerado Prudencial e pagas periodicamente. Para fins fiscais, são consideradas despesas indedutíveis, **ii)** valores cobrados pela prestação de serviço de suporte operacional e gerencial na Administração de fundos e custódia internacional de clientes na América Latina, conforme contrato firmado entre a Distribuidora e o The Bank of New York Mellon em agosto de 2016, **iii)** contrato de rateio de despesa firmado entre o Banco e o The Bank of New York Mellon em julho de 2016, que estabelece o reembolso de despesas relacionadas à gestão do negócio das empresas da América Latina. Considerado que os serviços prestados pelo presidente da América Latina, diretor nacional no Brasil e pela chefe operacional administrativa no Brasil são ligados à representação da marca BNY Mellon em todas as entidades da América Latina, e que as receitas geradas com os clientes desses países são reconhecidas e recebidas nos Estados Unidos, foi acordado que o The Bank of New York Mellon deve reembolsar todos os custos integralmente alocados no BNY Mellon Banco correspondente a sua participação no serviço em questão, e **iv)** Prestação de serviço de assessoria técnica realizado pelo BNY Mellon Banco aos clientes do The Bank of New York Mellon no Brasil, conforme Nota Explicativa nº 20.

De acordo com as regras do Grupo, os valores são recebidos/liquidados até o final do mês subsequente ao mês de emissão da *invoice*.

A ARX Investimentos Ltda. (“ARX”), subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, com sede em Nova Iorque, atua como gestora de fundos de investimentos administrados pela Distribuidora. A ARX e sua subsidiária integral BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda. não integram o grupo econômico financeiro do qual a Distribuidora faz parte.

Em 7 de julho de 2015, a Distribuidora e as empresas ARX Investimentos Ltda., BNY Mellon Banco S.A., BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. e BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda. assinaram o contrato de rateio de custos e despesas administrativas, com o objetivo de regular o compartilhamento das estruturas administrativas e operacionais que correspondem a, dentre outros, funcionários, técnicos, contratados, meios de produção, equipamentos, materiais, local físico e material de terceiros. De acordo com os termos do contrato, os custos e despesas arcados pela Parte Pagadora serão reembolsados pelas Partes Beneficiárias, por meio de cobranças mensais realizadas por meio de notas de débito emitidas pela Parte Pagadora. No semestre findo em 30 de junho de 2019, o rateio de custos e despesas administrativas impactou o resultado do Conglomerado Prudencial no montante de R\$ 1.435 (R\$ 1.626 em 30 de junho de 2018).

Em 30 de junho de 2019 a Distribuidora possuía saldos a receber de R\$ 157 e R\$ 18 referente ao contrato de rateio de custos e despesas administrativas com a ARX Investimentos Ltda., e sua subsidiária BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda., respectivamente (R\$ 161 e R\$ 30 em 30 de junho de 2018).

Durante o primeiro semestre de 2019, a Distribuidora manteve movimentação em conta corrente no BNY Mellon Banco S.A. (“Banco”), integrante do mesmo Conglomerado Prudencial. Em 30 de junho de 2019 a Distribuidora apresentou um saldo no montante de R\$ 94 (R\$ 137 em 30 de junho de 2018) no Banco, que encontra-se apresentado na rubrica “Disponibilidades” do balanço patrimonial.

Remuneração de diretores e pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui diretores, totalizou R\$ 1.730 em 30 de junho de 2019 (R\$ 9.254 em 30 de junho de 2018). Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) pro-labore pago à diretoria; (ii) bônus pago e (iii) outros benefícios, como plano de saúde, plano dental, previdência privada e seguro de vida. Adicionalmente, o Grupo possui política de remuneração baseada em ações conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18 e plano de pensão, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 25.

Controladora e parte controladora final

A controladora direta do Conglomerado Prudencial é a BNY Mellon Participações Ltda. e a controladora final do Grupo é o The Bank of New York Mellon Corporation. Em 30 de junho de 2019 o Banco possuía o saldo de R\$ 201 a pagar a sua Controladora direta (R\$ 62 em 30 de junho de 2018 para o Banco, a Distribuidora não possuía saldos a pagar). Em 30 de junho de 2019 a Distribuidora possuía o montante de R\$ 2 a receber da sua controlada BNY Mellon Administração de Ativos Ltda, referente ao contrato de rateio de custos e despesas administrativas (R\$ 4 em 30 de junho de 2018).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Distribuidora obteve carta de fiança com sua controladora final como garantia de pagamento, em caso de execução, da fiança contratada junto ao Banco Bradesco em relação à ação ordinária ajuizada pelo Instituto de Seguridade dos Correios, conforme Nota Explicativa nº 24.b, item 3. No semestre findo em 30 de junho de 2019, a Distribuidora pagou R\$ 814 referente comissão de fiança para sua Controladora final (R\$ 668 em 30 de junho de 2018), registrado na rubrica “outras despesas administrativas”.

28 Limite operacional (acordo da Basileia)

As instituições financeiras e entidades equiparadas têm que manter patrimônio líquido mínimo de 8% para o semestre findo em 30 de junho de 2019 e 8,625% para o semestre findo em 30 de junho de 2018, dos seus ativos, ponderados por graus de risco às exposições em ouro, moedas estrangeiras e operações sujeitas ao risco operacional e às variações: cambial; taxa de juros; do preço de *commodities*; e do preço de ações classificadas na carteira de negociação, conforme regras e instruções do BACEN. O Conglomerado Prudencial estava enquadrado nesse limite operacional em 30 de junho de 2019 e 2018.

* * *

Patricia Avolio Furtado Alvim
Diretora

Cristiane Soares Azevedo Rodrigues
Contadora
CRC RJ-108555/O-7